

PRESCRIÇÃO

NO DIREITO ADMINISTRATIVO



RESPONSABILIDADE DOS
AGENTES PÚBLICOS POR
ATOS ILÍCITOS

Prof. Raphael Spyere



2

DIREITO

ADMINISTRATIVO

PARA *CONCURSOS*



A PRESCRIÇÃO NO DIREITO ADMINISTRATIVO

Responsabilidade dos Agentes Públicos por Atos Ilícitos

PRESCRIÇÃO

OMISSÃO

Sigurança Jurídica

EXERCÍCIO DE
PRETENSÃO

~ PRAZO FIXADO
EM LEI

PODER PÚBLICO
PEX.: INSS/MHA.
RESSARCIMENTO
AO ERÁRIO +
SANÇÕES

Em desfavor do
Poder Público

STJ 1.375.812/MA.

OBS.: DEC. 90.910/1932.
L. 9494/94.

5 anos

= em favor do
Poder Público.

Evolução (CF, Art 37, § 5º)

20 16

Antes

Prescrição / [resp pend] Reclusão
/ [resp adm] Demissão
~ resp civil = Imprescritível
(ação de ressarcim.)

Depois
(RE 669 069/16)

• STF = Ruqna : prerrogativa
do direito
civil

OBS.: 2018 [IMPROBIDADE]
• [CULPA] (Art 10)
• DOL (Art. 9º/11)
↳ RE 852 475/SP.
• AÇÃO DE RESSARC.
imprescritível.

prerrogativa

Sanções por ~~Improbidade Administrativa~~ L. 8429/92, Art 12: Fulminação

1. Perda da Função
2. Suspensão dos Direitos Políticos
3. Perda Patrimonial
4. Multa Civil
5. Impedimento

Art. 23: 8 anos

Deverão Judicial
Transit. em Julgado

(*) Ação de anulação: Impunível
• RE 852 475 / SP •

Ressarcimento ao Erário

~ Riqueza - prescrição : 5 anos - RE 669 069/MT.
~ Execução - imprescritibilidade : improbidade.
RE 852 475/SP

Decisões dos Tribunais de Contas

→ Sonegação / imputação de dúbio:
RE 636 886 / AL: 5 anos.



É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.

(RE 669.069/MG, Rel. Ministro Teori Zavascki, Julgamento em 03/02/2016)

OBS: STJ · AG RG NO RESP 1375 812/MA:
5 anos

São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

(RE 852.475/SP, Rel. Ministro Alexandre de Moraes, Julgamento em 08/08/2018)

É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.

(RE 636.886/AL, Rel. Ministro Alexandre de Moraes, Julgamento em 20/04/2020)

CF/1988

Art. 37. (...)

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para **ilícitos** praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

- Antes de 2016:
 - IMPRESCRITÍVEL

- Depois de 2016:
 - REGRAS: PRESCRIÇÃO
(5 ANOS)

Ag. Rg. no RESP. 1375812/MA.

Lei 8.429/1992

Art. 23. A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve e **8 (oito) anos** contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

§ 4º O prazo da prescrição referido no caput deste artigo interrompe-se:

I - pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa;

> data do ajuizamento

II - pela publicação da sentença condenatória;

III - pela publicação de decisão ou acórdão de Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal que confirma sentença condenatória ou que reforma sentença de improcedência;

IV - pela publicação de decisão ou acórdão do Superior Tribunal de Justiça que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência;

V - pela publicação de decisão ou acórdão do Supremo Tribunal Federal que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência.

§ 5º Interrompida a prescrição, o prazo recomeça a correr do dia da interrupção ~~pela metade do prazo previsto no caput deste artigo.~~

~~4 anos~~

[Suspensão de Eficácia]

Ante o exposto, com fundamento no art. 10, § 3º, da Lei 9.868/1999, e no art. 21, V, do RISTF, **CONCEDO A MEDIDA CAUTELAR, ad referendum do Plenário desta SUPREMA CORTE, para suspender a eficácia** da expressão “**pela metade do prazo previsto no caput deste artigo**” contida no art. 23, § 5º, da Lei 8.429/1992, incluído pela Lei 14.230/2021.

(ADI 7.236 MC/DF, Rel. Ministro Alexandre de Moraes, Julgamento 23/09/2025)



ESTUDANDO DIREITO
COM RAPHAEL SPYERE

Raphael
Spyere
Concursos Públicos

WWW.RAPHAELSPYERE.COM.BR



[@PROF.RAPHAELSPYERE](https://www.instagram.com/PROF.RAPHAELSPYERE)

1. (FGV/MPE RJ/2025 - ADAPTADA) Pedro, Prefeito do Município *Beta*, apresentou suas contas de governo e de gestão relativas ao exercício financeiro X. Ao apreciá-las, o Tribunal de Contas do Estado *Alfa* (TCEA), constatou o seguinte:

ADPF 982/PR.

I. As contas de governo apresentavam irregularidades de ordem meramente formal, que não obstavam a sua aprovação e ensejavam apenas uma recomendação.

II As contas de gestão indicavam a realização de despesas não comprovadas, caracterizando a prática de ato doloso de improbidade administrativa, tipificado na Lei nº 8.429/1992.

Tomando como referência a situação hipotética narrada e o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre prescrição, julgue a assertiva subsecutiva:

(F) Na situação II, o TCEA pode realizar a imputação de débito e aplicar sanções administrativas, sendo imprescritível a ação de ressarcimento pelos danos causados ao erário com base nessa decisão.

RE 636 886/Al: 5 anos

← do T. CONTAS
não condiz
por improb.

2. (FGV/TCE AM/2021) O Tribunal de Contas do Estado Beta, em processo de tomada de contas, concluiu pela ocorrência de **dano ao patrimônio público**, decidindo pela **imputação de débito a Pedro**. Na medida em que transcorreram **cerca de dez anos** entre a decisão do **Tribunal de Contas** e a **sua execução pelo Estado Beta**, Pedro procurou um advogado e o questionou sobre a possível ocorrência da **prescrição**. O advogado respondeu, corretamente, que a pretensão de ressarcimento apresentada pelo Estado Beta **com base na referida decisão do Tribunal de Contas** era:

- ☒ A) imprescritível, por se tratar de dano ao patrimônio público;
- ☒ B) prescritível, devendo seguir o prazo estabelecido pelo Código Civil;
- ☒ C) prescritível, devendo seguir o prazo adotado no âmbito da execução fiscal;
- ☒ D) imprescritível, por se tratar de decisão decorrente de ato doloso de improbidade;
- ☒ E) imprescritível, como são as pretensões alicerçadas em decisões do Tribunal de Contas.

3. (FGV/MPE RJ, 2025) Sobre a prescrição em tema de improbidade administrativa, observe as assertivas a seguir:

Art 23: 8 anos.

- I. **F** A atual redação da Lei de Improbidade Administrativa dispõe que a ação para a aplicação das sanções prescreve em ~~5~~ (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- II. **V** A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- III. **F** De acordo com o texto legal, a suspensão e a interrupção da prescrição produzem efeitos relativamente ao demandado beneficiado e não a todos os que concorreram para a prática do ato de improbidade.

RE 852473/SP.

Está correto o que se afirma em:

- A) III, apenas;
B) II, apenas;
C) I e III, apenas;
D) II e III, apenas;
E) I, II e III.

P.A.D. ou
IND. CIVIL.

§4º, Art 23.

24/09/2025 - MC ADI 7236/DF.

DIREITO

ADMINISTRATIVO

PARA *CONCURSOS*